

Soraia Faria

Para: Luís Amaral
Assunto: RE: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que prevê a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, responsável pela estruturação do Parque Marinho dos Açores

De: Luís Amaral <[REDACTED]>

Enviada: 21 de abril de 2025 09:13

Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que prevê a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, responsável pela estruturação do Parque Marinho dos Açores

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Venho manifestar a minha total oposição à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores “Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que prevê a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, responsável pela estruturação do Parque Marinho dos Açores”.

Criar uma exceção para a pesca de atum nas reservas marinhas significaria a desclassificação dessas áreas, violando critérios internacionais e os compromissos assumidos pelos Açores e pelo país no cumprimento de objetivos internacionais, como é o caso da estratégia para a Biodiversidade.

Nunca, como agora, o Planeta e a Humanidade precisaram tanto de compromissos firmes para fazer face às alterações climáticas.

Os argumentos “inconformados” (e bem) do Partido Socialista dos Açores na discussão da criação de uma exceção para a pesca lúdica apeada na área protegida de gestão de recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca do Campo, sem qualquer fundamentação científica, são precisamente os mesmos que o Partido Socialista utiliza agora para justificar a sua proposta de exceção que irá afetar todo o parque marinho dos Açores.

Esta proposta do Partido Socialista - um infeliz decalque de uma proposta de 2024 do partido CHEGA Madeira que pretendia abrir a pesca de atum nas Selvagens - não representa apenas um retrocesso na conservação. Representa um retrocesso na própria matriz ideológica de partido de esquerda que tem um legado nas políticas do Mar.

Esta proposta significa ainda sobrepor os interesses da pequena política aos interesses de toda a Região.

A aprovação desta iniciativa significaria um descrédito perante a República, numa altura em que a Região precisa de dar provas concretas da sua capacidade de legislar autonomamente e de gerir o seu espaço marinho, bem como um descrédito a nível internacional, uma vez que os Açores perderiam a liderança na conservação marinhas que alcançou recentemente.

O que os Açorianos não precisam é que os deputados do Parlamento Açoriano coloquem pescadores contra pescadores, que cedam ao facilitismo e à mediocridade.

O que os açorianos precisam é que todos os deputados do Parlamento Açoriano trabalhem para garantir os mecanismos necessários para que o setor da pesca se modernize e para que quem vive da pesca tenha uma vida digna, não através da contínua delapidação de recursos, mas com maior profissionalização e literacia.

Os açorianos precisam que o seu Parlamento garanta a proteção efetiva das áreas marinhas protegidas através da correta implementação e fiscalização do parque marinho dos Açores para que, no futuro, todos nós (incluindo os pescadores) nos possamos orgulhar e beneficiar dos bons resultados dessas políticas. Os Açores precisam de políticas e de políticos responsáveis.

Cordialmente,
Luís Amaral